Diretor — Américo de Campos, 1875-1884; Francisco Rangel Pestana, 1875-1890; Julio Mesquita, 1891-1927; Nestor Rangel Pestana, 1927-1933; Plinio Barreto, 1927-1958

# O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1927)

Cap. e Int. de São Paulo: d. ú. NCr$ 0,25, dom. NCr$ 0,40. Assin. NCr$ 60. End. Rua Major Quedinho, 28. Tel.: 239-3133. End. Telegráfico ESTADO. Telex: 021-601 e 021-602.

DIRETOR: JULIO DE MESQUITA FILHO | ANO 89 | SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO DE 1968 | N.º 28.738 | DIRETOR REDATOR-CHEFE: MARCELINO RITTER

# *Nôvo ato; Congresso em recesso*

Dos sucursais

Por Atos Institucional e Complementar baixados ontem, o marechal Costa e Silva reinvestiu-se dos podêres excepcionais detidos até a promulgação da Constituição pelo presidente da República e determinou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. O Ato Institucional n.º 5 suspende as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e do "habeas corpus"; assume o poder de intervir nos Estados e nos Municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; o de confiscar bens ilicitamente adquiridos no exercício da função pública, o de decretar o estado de sítio sem audiência do Congresso, o de demitir ou reformar oficiais das Fôrças Armadas e das Polícias Militares e o de promulgar decretos-leis e Atos Complementares destinados a garantir a continuidade da Revolução.

## "Estado" é apreendido

Do Serviço Local, das Sucursais e dos correspondentes

Em reunião mantida ontem com diretores de jornais, rádios e televisões, o general Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, comandante do II Exército, referiu-se ao que qualificou de "incidente com o jornal "O Estado de S. Paulo", cuja edição — e a do "Jornal da Tarde" — foram parcialmente apreendidas na madrugada e na tarde de ontem, por agentes da Polícia Federal.

Informou o chefe do Setor de Relações Publicas do II Exército, coronel José do Amaral Garbogini, que foi quem transmitiu á imprensa as declarações do general Lisboa, que êste afirmara que, se tivesse sido consultado, "a priori", teria liberado o editorial "Instituições em Frangalhos", motivo da apreensão. Disse que assim o fazia porque, embora fazendo restrições a certas passagens do texto, não via nêle ponto algum que colocasse em perigo a tranquilidade publica e a segurança".

Por outro lado, o general Silvio Correia de Andrade, delegado regional da Policia Federal em São Paulo, afirmou que a responsabilidade do ato de apreensão era tôda sua e não de autoridades superiores em Brasília, esclarecendo que assim o fizera porque o editorial em questão "somente poderia contribuir para acirramento dos animos e não podia ser publicado". Como, em seguida, o "Jornal da Tarde" era impresso "nas mesmas condições", foi igualmente apreendido, porque, de forma idêntica, seus diretores se recusaram a alterar os textos considerados "mais exaltados".

Por seu turno e posteriormente, o general Silvio Correia de Andrade esclareceu que não haverá procedimento judicial contra a direção dos jornais "O Estado" e "Jornal da Tarde" e desmentiu boatos segundo os quais teria determinado a prisão de seus diretores. Mas advertiu: Contra qualquer jornal que não contribuir para "manter a tranquilidade", o DPF tomará medidas.

Perguntando-se-lhe em que lei se estribara para proceder como o fêz, disse o chefe da Polícia Federal em São Paulo que "poderia ter invocado a Lei de Segurança Nacional", mas não o fêz, porque se tratava apenas de "conter uma exaltação desnecessária".

Quanto ao perigo de novas apreensões hoje, já que chamara seu pessoal de censura para "ficar alerta", prometeu que não haverá tais medidas contra jornais e que, no tocante a rádio e tv, "o problema é do CONTEL".

### Apreensão parcial

Quando os agentes federais chegaram, às 4 horas da manhã, à secção de remessa de "O Estado", 100.600 exemplares já haviam sido impressos, enviados às cidades do Interior, a algumas capitais e boa parte dos bairros de São Paulo. Foi proposta a alteração do editorial, e, ante a recusa, os agentes federais foram autorizados a impedir a circulação. Às 5 horas, as máquinas foram desligadas, grupos de agentes procuravam bloquear alguns centros de distribuição do jornal. Em Brasília e em São Paulo foi impetrado mandado de segurança contra a medida, imposta, primeiro a "O Estado" e depois ao "Jornal da Tarde". Quanto a êste último, 10 agentes federais não conseguiram impedir que 90 mil exemplares circulassem. Pouco depois, chegava à rua Major Quedinho o próprio general Sílvio Correia de Andrade, que, pessoalmente, foi recolher números na rua, das mãos dos meninos que os estavam vendendo.

Concomitantemente, diversas cidades do Interior receberam a ordem de apreensão da edição de "O Estado". E assim foi feito em Santos, Lorena, Ribeirão Prêto, em numerosos municipios do Interior. Uma exceção: Em São Carlos "O Estado" circulou normalmente.

Em Santos foram retidos 800 exemplares do "Jornal da Tarde", a partir das 15 horas, quando chegou a ordem. Ao tomar conhecimento dela, o general Fernando Belfort Bethlem, comandante da Praça Militar, não escondeu sua admiração. Eram 20 horas, êle ouvia a "Hora do Brasil" e, ao ser interpelado relativamente à apreensão da edição de "O Estado", retrucou, interrogativamente: "Mas, por quê?"

## Contra a auto-censura

O dr. Julio de Mesquita Neto, em reunião que manteve á tarde com o governador Abreu Sodré e o general Silvio Correia de Andrade, no Palacio dos Bandeirantes, onde compareceu a convite do governador, tendo em vista estar diante de um fato consumado e da dificuldade de discernir sobre quais as noticias e pronunciamentos que poderiam ser considerados atentatorias á segurança nacional, declarou que competia ao Departamento de Policia Federal em São Paulo o exercicio da censura, uma vez que "O Estado" não poderia se auto-censurar.

À noite, censores passaram a exercer suas funções na redação desta folha.

### Entrevista

Falando á imprensa, o dr. Julio de Mesquita Neto disse que na conversa mantida ás 5 horas de ontem com o general Silvio Correia de Andrade, este lhe garantira que o jornal "O Estado de S. Paulo" poderia circular se o editorial "Instituições em Frangalhos" fosse substituido por outro que não comentasse a derrota do governo na Camara. Explicou o militar que estava recebendo ordens do general Cupertino, de Brasília. Deu a entender, inclusive, que "O Estado" era o unico orgão de imprensa a comentar a derrota do governo em editorial. O dr. Julio de Mesquita Neto lembrou ao general que, com a apreensão, a situação pioraria, já que os leitores certamente telefonariam para a redação e seriam inteirados do fato e do seu motivo.

## 46 páginas

e mais o
Suplemento Literário



Telefoto "Estado"
Deputados reúnem-se no gabinete do presidente da Câmara para ouvir a leitura do Ato

## *Apreensão dos jornais é censurada pela ABI*

Das Sucursais e dos correspondentes

O sr. Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, declarou ontem que a apreensão das edições de "O Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde" e "O Paiz" constituiu ato de violência injustificável, "inclusive porque as edições dêsses jornais em nada podiam ser consideradas como fatores de subversão ou de perturbação da ordem pública em face dos últimos acontecimentos".

A diretoria da ABI deverá reunir-se hoje para estudar a questão e provàvelmente resolva encaminhar um protesto às autoridades competentes. A edição de "O Paiz" foi apreendida sob a alegação de que continha matérias e títulos de cunho subversivo, "visando desprestigiar e derrubar o govêrno constituido".

## Cassação de mandatos

O jornal carioca anunciava — e atribuia a informação a chefes militares — a implantação de novo Ato Institucional e a cassação do mandato de quarenta parlamentares, tanto da ARENA como do MDB, por adotarem posição contraria á politica governamental.

A principal causa da medida tomada contra "O Paiz" foi a manchete da primeira pagina, que dizia: "Não na Camara" (alusão ao caso Marcio); "Não na Justiça" (alusão ao caso Wladimir); "Não no Superior" (alusão ao caso dos padres); "Governo vai dar o troco". E logo abaixo publicava uma fotografia, vendo-se um censor militar, com a seguinte legenda: "Eis o nosso censor de hoje".

A apreensão foi feita por agentes da DOPS e do Departamento de Policia Federal, que visitaram ainda as redações do "Correio da Manhã" e da "Ultima Hora", nada encontrando aí que justificasse a mesma providencia. A Policia proibiu também que os jornais do Rio fôssem distribuidos em Niteroi, através de controle das barcas.

A redação do "Correio" foi visitada á 1 hora da manhã, por dois cavalheiros, que se diziam censores e pediam para ler os originais das matérias. Como não obtivessem permissão para isso, retiraram-se. Os diretores do matutino, por medida de precaução, trancaram a porta da redação, enquanto chegavam á rua reforços policiais, que cercaram o quarteirão. Os exemplares que iam saindo da rotativa foram apreendidos. A's 4 horas da madrugada foi dada ordem de liberação, sendo a tiragem do jornal parcialmente devolvida.

Quase a mesma coisa aconteceu na "Ultima Hora", onde os censores examinaram o proprío jornal, que estava sendo rodado, liberando a edição.

### Apreendido

Um terceiro grupo de censores compareceu ás 8 horas á redação do "O Paiz", que circula á tarde, proibindo-o de sair devido ás manchetes e noticias publicadas. Uma camioneta que conseguiu furar o bloqueio policial foi aprisionada logo depois e os exemplares recolhidos. A operação foi chefiada pelo inspetor Mario Borges, da DOPS.

### Censura prévia

O "Correio Brasiliense", unico jornal editado na Capital da Republica, circulou ontem normalmente, porém sob censura prévia. A censura obrigou o diario a suprimir o noticiario alusivo ao deputado Marcio Moreira Alves. Já estava composto e paginado todo o noticiario, que ocuparia 500 cm de coluna. Em seu lugar foram estampados anuncios da emissora de televisão pertencente á cadeia "Associada".

### Também em Goiás

Dois dos jornais diarios de Goiania, "O Popular" e a "Tribuna de Goiás", tiveram suas edições totalmente apreendidas pela Policia Federal, tendo circulado apenas a "Folha de Goiás", depois de haver modificado o seu noticiario referente á situação nacional. O "Popular" foi liberado por volta de 17 horas, depois que seus diretores se prontificaram a "amenizar" o noticiario da crise.

As estações de radio e televisão também se encontram sob censura, tendo sido recomendado á imprensa que se abstenha de divulgar noticias que possam gerar complicações politicas.

### Deputado comenta

O deputado Erivam França, da ARENA potiguar, comentou da tribuna a imposição da censura aos jornais, sustentando que não foi o governo que cerceou a liberdade de imprensa, "mas alguém que usurpou a autoridade do presidente da Republica, investindo-se em mandatario, para cometer este crime diante da democracia".

O parlamentar lembrou o fechamento do Legislativo em 1937, após sucessivos golpes em suas prerrogativas de Poder independente.

### ABI protesta

A ABI enviou ontem, ao ministro Gama e Silva, uma nota de protesto contra "os atos de censura prévia praticados nas redações, por policiais, em flagrante desrespeito á Constituição da Republica". O documento exprime a estranheza da entidade "pelos abusos que foram cometidos contra a livre circulação dos jornais em varias cidades do País".

### CONTEL

A unica autoridade do CONTEL que se achava no escritorio do Rio, o major Salituri, responsavel pelo Setor de Segurança e Informação, esquivou-se de dar quaisquer informações sobre a atuação do Conselho junto ás emissoras de radio e televisão.

Telefoto "Estado"
Fuzileiros interditam pista com arame farpado na divisa da Guanabara com Estado do Rio

## É a conclusão

O presidente da Câmara dos Deputados, sr. José Bonifácio, declarou, após ouvir a leitura do Ato Institucional e do Ato Complementar: "Obedecendo ao nôvo regime, declaro que nossa missão está encerrada".

Antes, declarara que o Brasil saia do Estado de Direito para entrar no de fato. Êsse episódio, acrescentou, não é nôvo na vida política e parlamentar do Brasil e na de outros povos do Ocidente. Êle resulta de crises profundas, de dificuldades do govêrno e de mal-estar do povo.

"Não é o momento de examinar o Ato — aduziu. Mas é a hora de manifestar a esperança de que crises como esta sejam resolvidas uma vez mais, para propiciar o desenvolvimento do povo". Acentuou que duas coisas jamais devem ser esquecidas, porque são perenes: as eleições e os eleitores que neste País têm sido tradição.

Formulou, ainda, uma prece a Deus para que o Brasil se transforme na grande e poderosa nação a que faz jús pelo valor de seus filhos e por sua posição na História.

AS REUNIÕES

O presidente Costa e Silva esteve reunido na manhã de ontem no Palácio das Laranjeiras com os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Justiça, Transportes, Interior, Fazenda e Saúde. Estiveram presentes também o general Portella, chefe da Casa Militar, e Garrastazu Medici, chefe do SNI. À tarde, o presidente da República presidiu à reunião do Conselho de Segurança Nacional. Nenhuma informação foi prestada à imprensa, impedida de se locomover dentro do Palácio.

## As detenções

Mesmo antes de o Ato Institucional ter sido dado ao conhecimento público, pela "Hora do Brasil" (por volta das 23 horas), já algumas prisões começavam a ser efetuadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na Guanabara foram presos Tenório Cavalcanti, Darcy Ribeiro, o general R/1 Salvador Mandim e Ciro Kurtz, deputados estaduais, e o jornalista Joel Silveira; em São Paulo, o deputado Hélio Navarro, que foi conduzido ao DPF para prestar depoimento.

À noite, depois da leitura do Ato — a qual foi esperada desde as 20 horas — novas detenções foram efetuadas. O sr. Juscelino Kubitschek foi preso no Teatro Municipal e conduzido à Vila Militar; os jornalistas Oswaldo Peralva e Francisco Pinto, detidos quando elementos do DOPS invadiram o "Correio da Manhã"; o jornalista Hélio Fernandes, na redação da "Tribuna da Imprensa". Também foi preso o deputado Rafael de Almeida Magalhães.

## Nota de Sodré

O Palácio Bandeirantes distribuiu ontem à noite a seguinte nota oficial:

"O governador Abreu Sodré recebeu ontem, em audiência especial, o comandante do II Exército, general Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa; o comandante do 6.º Distrito Naval, almirante Hélio Ramos de Azevedo Leite; o comandante da 4.ª Zona Aérea, brigadeiro José Vaz da Silva; o comandante da 2.ª Divisão de Infantaria, general Aluísio Guedes Pereira; o ex-comandante daquela mesma unidade, general-de-divisão Júlio Maximiano Olivier Filho, e o comandante do Parque da Aeronáutica, major-brigadeiro Agemar da Rocha Sanctos, que, com esta visita, quiseram reiterar o perfeito entendimento que vem presidindo as relações entre o govêrno paulista e os comandos militares de São Paulo.

"Agradecendo os dignificantes propósitos da honrosa visita, o governador Abreu Sodré, reafirmou que estará sempre ao lado daqueles que defendem os mais altos interêsses da Nação, como esteve em 31 de março de 1964".